

QUEM PODE FALAR NA ESCOLA? CONFLITOS E CONFRONTOS ENTRE JOVENS DO ENSINO MÉDIO

WHO CAN SPEAK AT SCHOOL? CONFLICTS AND CONFRONTATIONS AMONG HIGH SCHOOL STUDENTS

¿QUIÉN PUEDE HABLAR EN LA ESCUELA? CONFLICTOS Y ENFRENTAMIENTOS ENTRE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA

*Luciana Gageiro Coutinho**

*Amanda Andrade Lima***

*Theo Lepak Milet****

*Gabriel Faria Botelho Tostes *****

RESUMO

O artigo discute o sofrimento psíquico de adolescentes em escolas públicas brasileiras, destacando sua dimensão sociopolítica atrelada aos mecanismos de silenciamento como efeitos das relações de poder e de colonialidade presentes nesses espaços. Foi construído a partir de uma experiência de pesquisa/extensão em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, em que foram realizadas oficinas de produção de quadrinhos com estudantes do Ensino Médio. A metodologia baseou-se na pesquisa-intervenção aliada à psicanálise, utilizando crônicas como forma de registro das narrativas produzidas nas oficinas. Tais narrativas apontam para impasses nos laços sociais na escola, expressos frequentemente em situações de conflito que se traduzem em confrontos com/na escola e para a ausência de escuta da instituição para as questões dos adolescentes em sua diversidade e singularidade. Desse modo, nota-se que o contexto escolar pode perpetuar silenciamentos e segregações, tendo efeitos no trabalho da adolescência. As oficinas demonstraram o potencial da palavra como ferramenta para ressignificar o mal-estar e promover novos enlaces, favorecendo práticas decoloniais no ambiente escolar.

Palavras-chave: adolescência; psicanálise; colonialidade; escola; laço social.

*Psicóloga. Psicanalista. Professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Coordenadora do LAPSE/UFF. Membro do GT Psicanálise e Educação da ANPEPP e da RUEPSY. Coordenadora do LAPSE/UFF.

**Psicóloga. Psicanalista. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Pesquisadora do LAPSE/UFF. Membro do GT Psicanálise e Educação.

***Cientista Político. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Pesquisador do LAPSE/UFF.

****Psicólogo, pesquisador do LAPSE/UFF.

ABSTRACT

This article explores the impacts of power relations and coloniality on the psychological distress of adolescents in Brazilian public schools. It was constructed based on a research/extension experience at a state school in Rio de Janeiro, where were carried out comic book production workshops with high school students. The methodology was based on intervention research, linked to psychoanalysis, using chronicles as a way of recording the narratives produced in the offices. Such narratives point to impasses in social bond at school, often expressed in conflict situations that translate into confrontations with/at school, and to the institution's failure to listen to the issues of adolescents in their diversity and singularity, which perpetuates silencing and has effects on the work of adolescents. The workshops demonstrated the potential of words as a tool to resignify malaise and promote new links, favoring decolonial practices in the school environment.

Keywords: Adolescence; psychoanalysis; coloniality; school; social bond.

RESUMEN

El artículo explora los impactos de las relaciones de poder y la colonialidad en el sufrimiento psicológico de los adolescentes en las escuelas públicas brasileñas. Surgió a partir de una experiencia de investigación/extensión en una escuela estatal de Río de Janeiro, donde fueron realizados talleres de producción de cómics con estudiantes de secundaria. La metodología se basó en la investigación-intervención, fundamentada en el psicoanálisis, utilizando las crónicas como forma de registro de las narrativas producidas en los talleres. Estas narrativas apuntan a impasses en los vínculos sociales con/en la escuela, a menudo expresados en situaciones de conflicto que resultan en enfrentamientos en la escuela y la falta de escucha de la institución a las cuestiones de los adolescentes en su diversidad y singularidad, lo que perpetúa el silenciamiento y tiene efectos en trabajo adolescente. Los talleres demostraron el potencial de las palabras como herramienta para replantear el malestar y promover nuevas conexiones, favoreciendo prácticas decoloniales en el ámbito escolar.

Palabras clave: Adolescencia; psicoanálisis; colonialidad; escuela; vínculo social.

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da saúde mental de adolescentes tem sido cada vez mais presente nas escolas e instituições de saúde, assim como em diferentes veículos de comunicação. Boletins apresentados pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2021) indicam que, há alguns anos, os índices de sofrimento psíquico, as taxas de suicídio e de autolesão vêm crescendo exponencialmente entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, representando a quarta causa de morte nessa faixa etária no Brasil e ficando atrás somente de mortes por violência e acidentes de trânsito. Tais taxas indicam que, desde antes da pandemia de Covid -19, já estava em vigência uma questão de saúde mental juvenil de grande vulto no país. No período entre 2010 e 2019, ocorreram 112.230 mortes por suicídio nessa faixa etária, com o aumento de 43% no número anual de mortes autoprovocadas entre os mais jovens (Brasil, 2019).

Entretanto, nem sempre essa questão tem sido tratada levando em conta os marcadores sociais e institucionais atrelados ao sofrimento juvenil, o que impacta fortemente os encaminhamentos que são dados a ela. Paralelamente, diferentes análises, advindas do campo da educação em diálogo com as ciências sociais, apontam como as relações sociais de poder, marcadas pela colonialidade (Mignolo, 2005) e reproduzidas pela atual estrutura escolar brasileira (Mendonça, 2021; Ferrari, 2003), têm incidência na constituição dos sujeitos que dela participam. Em consonância com os questionamentos feitos por Spivak (2010) em “Pode o subalterno falar?”, em que a autora discute o problema do silenciamento dos sujeitos subalternos por meio de representações fundamentadas nos mecanismos de poder dominantes, partimos deste questionamento: quem pode falar na escola?

O modelo de produção capitalista contemporâneo em países colonizados não rompeu com as estruturas coloniais e raciais instituídas pela escravidão e é causa de uma forma de estranhamento que interdita, muitas vezes, as possibilidades de reconhecimento das pessoas negras e de pessoas subalternizadas como sujeitos em sua dimensão singular. Para além da distribuição desigual dos bens materiais, esse modelo econômico que se apresenta hoje sob a face neoliberal reproduz estruturas de poder históricas e interfere nas possibilidades de representação e inscrição social do sujeito, com efeitos, sobretudo, nas adolescências. Nisso a escola tem tido grande participação, já que influencia os modos de se afetar e ser afetado, a negação de conflitos e a pouca disponibilidade para a solidariedade, empatia ou mesmo indignação com as diversas formas de opressão e subalternização. Como consequência, é silenciada não

só a pluralidade de ideias, desconectando-se o conteúdo aprendido e a realidade dos discentes, como também a escuta e o acolhimento do que surge como diferente e é suscetível à segregação.

Diante desse quadro, importa indagar: qual é o lugar para a palavra e para a escuta das adolescências na escola? Quais são os efeitos do silenciamento e da segregação na escola, quando o sujeito é privado da possibilidade de ser escutado com sua história e marcadores sociais extraídos a partir dos significantes do Outro? E quanto isso afeta a possibilidade de atravessamento da adolescência enquanto trabalho de reinscrição no laço social? Que questões sociais se presentificam nos recorrentes confrontos ou simplesmente rupturas que se dão entre os jovens com/na escola? Na contramão dessa lógica de segregação e de silenciamento, a busca por práticas de escuta das adolescências na escola tem sido importante para ampliar a leitura sobre os impasses pedagógicos, sociais e psíquicos que se apresentam, com muita frequência, para os jovens no Brasil. A aposta na construção de narrativas singulares por parte dos adolescentes tem sido a tônica proposta em diversas pesquisas e intervenções realizadas a partir da psicanálise no campo da educação (Voltolini & Gurski, 2020).

Partindo disso, o presente artigo foi desenvolvido com apoio no projeto de extensão “Da Escola à Universidade: escutando o mal-estar”⁶, em andamento em uma escola de Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro. A extensão, que se constitui uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), consolidada pelo Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Laço Social (LAPSE), tem como finalidade propor rodas de conversa e oficinas em escolas da rede pública, reconhecendo, nesses dois dispositivos, a possibilidade da circulação da palavra entre os alunos e a renovação dos laços sociais dentro da escola.

O artigo parte das falas e produções de estudantes de uma turma de 2º ano do Ensino Médio, recolhidas durante a realização de uma oficina de estórias em quadrinhos oferecida por três monitores integrantes do projeto, durante o segundo semestre de 2023. Nesse sentido, propusemos discutir os seguintes pontos, a partir do que foi escutado na oficina: 1) o mal-estar adolescente expresso através de diversos impasses nos laços com/na escola, muitas vezes materializados em situações de confronto e de

⁶O projeto de extensão citado acima está vinculado à pesquisa “Educação para a vida: suicídios na adolescência e vulnerabilidades sociais”, coordenada pela professora Luciana Gageiro Coutinho e aprovada pelo Comitê de Ética sob o CAAE nº 20131119.6.0000.8160.

esvaziamento da palavra; 2) a incidência da dimensão macroestrutural das relações de saber e poder herdeiras do colonialismo no campo educativo e nas adolescências que ali se constituem; 3) a proposta de uma oficina de produção de estórias em quadrinhos com adolescentes como dispositivo clínico-político a partir da psicanálise, visando ao resgate da palavra e da alteridade.

2 ADOLESCÊNCIAS SEGREGADAS E MAL-ESTAR COLONIAL NA ESCOLA

A adolescência na psicanálise é tomada como um tempo de passagem, é um tempo onde o sujeito se despede da infância e se depara com os desafios de encontrar novas referências simbólicas para ancorar o desejo e as identificações. Ser tratada como passagem significa dizer que é um tempo de muitas experiências: a força pulsional está mais presente, o corpo muda, a relação com os responsáveis muda e novas referências são construídas, de modo que um grande trabalho psíquico é exigido do jovem para a elaboração das mesmas (Coutinho, 2009).

Numa perspectiva lacaniana, em que o sujeito está inserido nos discursos sociais (Lacan 1969-70/1992) e a partir da qual a adolescência se define pela construção de um discurso em nome próprio (Lesourd, 2012), um lugar para a palavra e para a escuta é fundamental. Nesse sentido, a adolescência não se dá sem referência ao Outro e aos discursos sociais que o sustentam, e a escola é um lugar importante nesse momento em que podemos verificar essas operações acontecendo. O estatuto do olhar do Outro para o/a adolescente se torna presente no ambiente escolar e tem incidência sobre o trabalho psíquico da adolescência, que implica deparar-se com a falta no Outro para que sejam construídas referências simbólicas mais próprias.

Assim, enquanto o Outro se apresenta como o todo, sem furos e sem polissemia, o sujeito é empurrado para a condição de objeto, sendo-lhe imputado o silêncio. Com isso, o sujeito é privado da possibilidade de falar sobre seu mal-estar, e, por isso, complica-se o trabalho de báscula da alienação à separação na adolescência, no qual se sustenta a possibilidade de construção de um discurso próprio e a elaboração da falta no campo do Outro. Tal hipótese importa e ajuda a pensar sobre diversas formas de segregação na adolescência que se apresentam nas escolas. Nesse espectro incluem-se desde os efeitos do racismo até os diagnósticos psiquiátricos, o não olhar para o sofrimento e a forma como

são feitas análises de estatísticas relativas ao adoecimento e a questões educacionais, muitas vezes sem uma leitura interseccional. Portanto, nem sempre a possibilidade de acolhimento à dor de existir na adolescência é possível nos espaços em que ela se produz.

Diante da hegemonia do discurso neoliberal, que reedita modos de submissão e subalternidade sob novas formas e através de novas alianças, talvez possamos falar de uma segregação de inúmeras adolescências na cultura pelo discurso da ciência/capital que veicula novos colonialismos e se reproduz de diversas formas na escola. Tal discussão leva em conta a questão da segregação como efeito da lógica da ciência moderna, tal como tem trabalhado Askofaré (2009). Como observa o autor, o nascimento da ciência moderna, atrelado à busca do isolamento de um “sujeito puro”, impõe-nos um preço a pagar, qual seja, a morte do sujeito falante, polissêmico em prol de nomeações fechadas e universalizantes. Assim, através da classificação e da “Um-iversalização” trabalhadas pelo autor, apagam-se as questões sociais, as hierarquias, os lugares ocupados no laço social. Isso se faz presente como uma nova faceta do poder disciplinar nos diversos discursos e instituições.

Da medicina à psiquiatria, da psiquiatria ao direito, do direito à psicologia e à educação, o exame, mesmo que pouco atento, desses campos e práticas atesta que a incidência mais marcante da ciência moderna sobre eles é a adição, o crescimento dos efeitos de segregação. Esses efeitos de segregação têm inclusive sua versão epistêmica – e não somente espacial com os lugares espaciais em que se isola e concentra aqueles que são idênticos como loucos, criminosos, débeis, delinquentes e mesmo superdotados ou idosos – com a hiperespecialização dos saberes e de formações profissionais (Askofaré, 2009, p. 353).

De modo distinto do que tem sido trabalhado predominantemente, a partir da lógica diagnóstica individualizante hegemônica hoje na psiquiatria, a alta incidência do suicídio e dos cortes autoprovocados que eclode muitas vezes nas escolas expõe o quanto o fenômeno tem se tornado intrigante para a pesquisa psicanalítica. Atravessado por essa “cultura diagnóstica”, o sofrimento juvenil muitas vezes é silenciado e invisibilizado pelos educadores, sem um questionamento sobre sua relação com o meio social e escolar, o que os leva a se eximir de qualquer responsabilidade ou até mesmo negar a existência desses casos na situação de pesquisa. Parece que a ciência, a justiça e as instituições que normalizam a adolescência evadem o sujeito e, assim, geram impasses no que diz respeito ao trabalho elaborativo da passagem adolescente, que não se dá fora do laço social. As diversas tentativas de colonizar a adolescência por tais discursos acabam por impor aos jovens barreiras físicas e simbólicas na circulação social.

De acordo com a filosofia neoliberal, a escola, principal meio de formação, agora, de mão de obra, matéria-prima, capital humano, recursos humanos (RH), tem um papel primordial no processo de produção de assalariados e precisa estar a serviço da competição sistemática entre economias. O sistema de ensino básico e superior vem a ser parte de um jogo de investimentos em que o único objetivo é a produção de capital humano. Os conhecimentos economicamente contabilizáveis e valorizáveis que a escola deve fornecer aos seus “clientes” são as denominadas competências técnicas e habilidades instrumentais. “A competência é aquilo por que o indivíduo é útil na organização produtiva” (Coutinho, Amaral, & Lanzetta, 2023, p. 93) - conhecimentos necessários para a produção de modos de raciocínio e subjetivação empresariais. Nesse sentido, a educação que propõe uma formação através de competências e habilidades instrumentais tem como objetivo a produção em massa de seres humanos padronizados, alienados da complexidade da vida, prontos para cumprir sua função dentro da divisão social do trabalho. Trata-se de um processo de industrialização do ser humano.

A busca por lucro em novos mercados foi o que deu origem às novas relações de exploração do trabalho e a colonização do mundo pelos impérios europeus, no início do capitalismo. No entanto, como adverte Mignolo (2005), no imaginário do mundo moderno/colonial, há uma complexa articulação de forças que, muitas vezes, suprimem vozes e memórias nas quais se sustenta o exercício da colonialidade do poder muito além do período colonial. Assim, através da noção de colonialidade, é possível pensar que a colonização não é apenas macropolítica, mas micropolítica, e que as escolas e universidades têm o papel fundamental de realizar a manutenção e a reprodução da “missão civilizatória” colonial. “A reprodução sistemática colonial acontece (...) a partir da dominação cultural e intersubjetiva dos sujeitos, que adotam para si o pensamento do colonizador” (Mendonça, 2021, p. 3) - ou seja, quando as relações e a subjetivação se dão através de estruturas hierárquicas e de relações de poder.

Na atualização neoliberal do colonialismo, o sentimento de pertencimento e participação social e política se perde, e o esgarçamento dos laços sociais se configura como uma fonte de mal-estar contemporâneo. Nesse momento social, a insuficiência da proposta escolar como rede de apoio aos adolescentes é grave. A impossibilidade de conseguir falar, elaborar e lidar com as situações conflituosas do cotidiano, de construir um lugar próprio de discurso e de poder se reconhecer como sujeito através de inscrições

nos laços sociais no território escolar repercute fortemente no trabalho da adolescência, bem como nas relações sociais. A desestabilização do referencial simbólico se torna uma sombra que ofusca a dimensão da alteridade e o enfraquecimento do sentimento de pertencimento do sujeito no laço social, constituintes do modo de subjetivação neoliberal, tendo como resultado a intensificação do desamparo estrutural na adolescência (Coutinho et al. 2023). Quando a adolescência é tomada por significados fechados e segregadores, que reproduzem lugares sociais subalternizados (Spivak, 2010), produz-se uma tendência ao silenciamento e à destituição subjetiva, como têm trabalhado alguns autores (Rosa, 2016; Pereira & Maesso, 2023).

Podemos supor, assim, a presença na escola de uma dimensão colonial do mal-estar, como considera Faustino (2019), quando se dá a objetificação dos sujeitos e a difusão de estereótipos inferiorizados, dificultando a possibilidade de dar sentido ao sofrimento e de reconhecer o outro como humano, produzindo-se o esfacelamento de laços sociais. Tal situação tem efeitos, particularmente, na adolescência, momento de encontrar novas formas de inscrição no laço social. Sabemos que tais estruturas de poder promovem a segregação de muitos e muitas adolescentes na cultura, que pode se reproduzir na escola, tanto pelos discursos sociais marcados pelo racismo e outros preconceitos quanto pelos discursos da ciência aliados ao capital, através da medicalização e da judicialização.

Nesse sentido, supomos que muito do que está em jogo no sofrimento psíquico nas adolescências segregadas é o modo de inscrição e pertencimento ao campo social, que repercute no sujeito sob a forma de um desamparo discursivo, termo também cunhado por Rosa (2016), quando se dá a naturalização do desamparo social através de nomeações que apagam a força discursiva dos que estão a elas submetidos. Ou seja, perde-se a possibilidade de falar por si a partir de suas experiências e de sua história quando, em diversas instituições e espaços públicos pelos quais circulam, são nomeados como repetente, violento/a, favelado/a, sexualizado/a, aquele ou aquela que tem TDAH, autista, o/a que se corta ou que tentou se matar etc. Assim, aliado ao desamparo social, deparamo-nos com o desamparo discursivo, que lança muitos e muitas adolescentes ao silenciamento (Rosa, 2016) e diz respeito ao lugar em que são situados/as no laço social.

Nossa perspectiva é elucidar o sofrimento do sujeito dados os diferentes lugares ocupados no laço social, questão que nos exigiu debruçar sobre o desenvolvimento em Lacan acerca dos laços sociais como laços discursivos.

É dessa concepção que pudemos detectar a artimanha dos discursos do poder de apresentar o discurso social e político como se fosse o campo da linguagem disponível ao sujeito (discurso do Outro), para confundir e enredá-lo em suas propostas de laço social. Quando certos discursos sociais se travestem de discurso do Outro (campo da linguagem) para obturar a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito, temos um problema clínico e político (Rosa, 2016, p. 185-186).

Diante do problema clínico-político que a segregação das adolescências na escola nos convoca, questionamos qual seria o lugar do psicanalista lá. Ao resgatar a dimensão política da palavra, sustentando um lugar de alteridade diante dos discursos hegemônicos, é possível trabalhar para além dos encaminhamentos à saúde mental e da notificação compulsória que pode resultar em medidas medicalizantes e/ou punitivas e, mais uma vez, segregacionistas. Portanto, ao dimensionar a questão clínico-política que se coloca em relação aos aspectos coloniais e aos lugares sociais de silenciamento, ambos marcados pelas relações de poder, é preciso que se leve em conta também a pluralidade de modos de tratar/abordar a questão, bem como a dimensão coletiva do problema e dos modos de intervir sobre ele.

3 INTERVENÇÕES NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS EM UMA OFICINA DE QUADRINHOS

Encaminhando-nos para a busca de intervenções possíveis como práticas decoloniais no trabalho com a adolescência, importa pensar a busca pela tessitura de uma rede para ampliar a leitura sobre os impasses pedagógicos e sociais que se apresentam na escola. A aposta na construção de narrativas singulares por parte dos adolescentes atendidos em instituições educativas e de saúde tem sido a tônica proposta pelas diversas intervenções realizadas a partir da psicanálise.

Com base nisso, o presente artigo foi desenvolvido considerando-se questões suscitadas pelo projeto de extensão já mencionado e em andamento em uma escola de Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro e, mais especificamente, a partir do material de pesquisa recolhido da escuta coletiva de adolescentes em sintonia com outras experiências já realizadas no campo da psicanálise em interface com a educação (Voltolini & Gurski, 2020; Braga, Catroli, & Rosa, 2012).

O trabalho toma como base as falas e produções de estudantes de uma turma de 2º ano do Ensino Médio, recolhidas durante a realização de uma

oficina de quadrinhos oferecida por três monitores integrantes do projeto, durante o segundo semestre de 2023. Trata-se de uma escola de grande porte, que atende exclusivamente a turmas de Ensino Médio, na qual o projeto do Novo Ensino Médio estava sendo implementado no decorrer da realização do projeto. Com isso, pudemos testemunhar um clima de incertezas e questionamentos a respeito do novo currículo, tanto dos professores quanto dos alunos. Sabemos que, nessa proposta, algumas disciplinas foram suprimidas, tais como filosofia e sociologia, enquanto outras foram implantadas, de modo que os professores tiveram que se adequar a novos planos de aula, para os quais, muitas vezes, sua formação inicial não os habilitava⁷.

A realização da oficina se orientou pelos pressupostos da pesquisa-intervenção pautada na ética psicanalítica da palavra e da escuta (Coutinho & Carneiro, 2013; Gurski, 2019; Poli, 2008), reconhecendo que o saber se constitui a partir da experiência da pesquisa e inclui tanto os/as pesquisadores/as quanto os sujeitos da pesquisa. Aliando-se também à perspectiva de Broide (2019), a experiência clínica e de intervenção no campo social requer um trabalho com o próprio corpo, com o território para escutar os atores, considerar o entorno da situação. Isso, segundo o autor, vai caracterizar uma escuta territorial, quando o pesquisador coloca o corpo para fazer escuta no território de uma cidade, de um campo de pesquisa, o que implica uma série de passagens. Na escuta territorial, é possível aparecer passagens, referências que vão marcar o corpo de quem escuta, de modo que o pesquisador/psicanalista é afetado diretamente. Esse trabalho é pautado pelo conceito psicanalítico da transferência, que, na visada lacaniana, não diz respeito apenas à repetição, mas, considerando o conceito de “sujeito suposto saber” (Lacan, 1967/2003), enfatiza a dimensão de construção de novos sentidos e modos de se situar frente ao Outro, a partir da palavra endereçada ao analista no lugar de um saber suposto.

A metodologia de registro do material produzido nas rodas e oficinas seguiu os pressupostos de Broide & Broide (2016), através da elaboração de relatórios em formato de crônicas, em que foram narradas as experiências dos pesquisadores em campo, além da transcrição das falas dos alunos e da identificação de significantes emergentes nas associações

⁷A Reforma do Ensino Médio, proposta pela Lei nº 13.415/2017, começou a ser implementada em 2022 com a proposta de nortear a renovação curricular, a formação integral e o atendimento de necessidades individuais e sociais dos estudantes. A reforma propõe um currículo dividido entre uma parte comum e outra diversificada, baseada em itinerários formativos (Vale, 2022), que se enquadra no contexto da política preconizada pela BNCC (Brasil, 2017).

livres coletivas desses registros. Nas crônicas, os processos afetivos dos pesquisadores também têm lugar na análise da experiência vivida no campo, que não visa apenas os sujeitos que se apresentam na pesquisa, mas também inclui como se chega a um saber produzido no coletivo. Desse modo, sustentamos que a psicanálise pode nos oferecer algumas possibilidades de abertura na pesquisa sobre a adolescência, que se dá sempre na referência ao Outro em sua polissemia e, portanto, tem de ser considerada sempre em sua pluralidade.

Assim, a adolescência colonizada pode contar com a ética da psicanálise como proposta contranormativa e decolonial em prol do desejo e do sujeito, como trabalham Pereira & Maesso (2023). Nosso argumento aqui será em defesa do que talvez possamos definir como práticas clínico-políticas na pesquisa e na extensão (Sato, Martins, Guedes, & Rosa, 2017; Strzykowski & Gurski, 2020) que, na busca por construir espaços de escuta nas instituições, correspondam a uma aposta na palavra como condição de inscrição de novas formas discursivas que possam interpelar o discurso social vigente, no sentido de um tratamento decolonial da adolescência.

Através da ética e da política da escuta em psicanálise, pode-se dar lugar à singularidade do sujeito e construir um caminho de subversão para os signos sociais que lhes são atribuídos em um discurso social hegemônico, violento e estruturante, de criminalização e patologização. O resgatar, relatar e compartilhar as histórias, experiências e subjetividades em grupo é um caminho potente para o fortalecimento dos laços fraternos, para a construção de novas identidades e distinções, fundamentais nos processos de individuação (Coutinho, Macedo, Lima, & Marum, 2020). Esse espaço de palavra permite ao sujeito múltiplas possibilidades de subjetivação, de se posicionar, de relativizar verdades absolutas, de criar novos paradigmas sobre si e sobre a vida, de deslocar o sujeito da perspectiva de vítima para a de testemunha. Agora, capaz de se situar na cena sociopolítica de forma crítica e construir sentido sobre o silenciamento traumático, o sujeito pode tomar as rédeas da sua própria realidade: reconstruir o regime que estrutura verdades a seu respeito, transmitir a história e a cultura política de sua sociedade através de perspectivas outras e transformar sua dor em potência coletivizada, o que “significa separar a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro da alienação ao discurso social e ideológico” (Rosa, 2022, p. 7).

A partir disso, o artigo se propõe a discutir, considerando-se o que foi registrado com as oficinas, de que forma as relações sociais herdeiras do colonialismo, que marca a história da educação brasileira, impactam os

laços dos e das adolescentes com/na escola e repercutem nos seus modos de sofrer, tal como pôde ser escutado durante as atividades realizadas.

4 A OFICINA DE QUADRINHOS: COLOCANDO O CONFRONTO EM PALAVRAS

A pesquisa teve início na escola, no ano de 2022, logo após o retorno às aulas depois do período de distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19. No primeiro contato, quando nossa equipe foi conhecer a escola e apresentar para as turmas de 3º ano a proposta do projeto que aconteceria ao longo dos próximos meses, fomos recebidos pelo orientador educacional, que nos apresentou espaços como biblioteca, direção, a quadra, que estava trancada, e o auditório, que estava tomado pelos novos livros didáticos propostos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸ e fornecidos pelo Instituto Ayrton Senna. Ao abrir um dos livros, rapidamente saltam aos nossos olhos as palavras “flexibilidade” e “autonomia para tomar decisões”. O orientador comentou que os conteúdos ensinados sofreram mudanças drásticas em razão do Novo Ensino Médio e que muitos professores estavam insatisfeitos com essa proposta, já que teriam que ser desviados de suas áreas de formação para dar conta do sistema de eletivas proposto pela nova BNCC, o que, segundo ele, ficou muito “confuso”.

A desorganização da escola ficou ainda mais evidente quando perguntamos aos alunos sobre a preparação para o vestibular. Eles responderam que estavam se sentindo inseguros e pressionados porque, durante a pandemia, não tiveram aulas on-line. Nos anos subsequentes, em 2023 e 2024, o baixo interesse em realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e fazer uma formação universitária permaneceu, evidenciando-se que a percepção de despreparo e má formação não pode ser atribuída exclusivamente à pandemia, mas ainda à precarização do ensino, intensificada com o novo projeto de Ensino Médio. Nas palavras de um estudante: “[...] *o que eles fizeram foi ferrar com a escola pública. Querem que a gente seja pra sempre empregado, porque eles precisam de empregado, né? Mas viram que a gente tava começando a crescer, a gente tava ganhando*”. “Eles quem?”, perguntam os pesquisadores, ao que respondem: “*Os grandes, os ricos...*” (A. Relatório-crônica, 28 ago. 2023). Nessa ocasião, a abertura para a palavra permitiu ainda que a conversa

⁸A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo nortear e elaborar os conhecimentos, competências, habilidades e aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica (BRASIL, 2017).

levasse outro estudante a constatar como a perda de direitos vivida no campo educativo pode reverberar subjetivamente: “[...] *aos poucos, estão tirando nosso direito de questionar sobre nossa existência, entre outras coisas*” (Escritos, Material de Campo, 28 ago. 2023).

Ao longo do desenvolvimento do projeto, entre 2022 e 2024, diferentes turmas se envolveram no trabalho e apresentaram demandas diversas, de acordo com as configurações observadas em cada sala. Uma turma em específico, que cursava o 2º ano do Ensino Médio em 2024, chamou a atenção dos pesquisadores. Isso se deu por conta da diversidade de alunos, a abertura para o trabalho com a equipe e a mudança gradual de atitude dos alunos, o que levou à escolha do material produzido a partir dela na confecção deste artigo. Era uma turma na qual os adolescentes pouco se comunicavam, o que causava estranhamento até mesmo no professor que acompanhava a equipe do projeto. A equipe da pesquisa logo percebeu que era bastante escassa a comunicação ou o intercâmbio entre os agrupamentos de alunos dessa turma, inclusive com adolescentes, que não conheciam o nome dos próprios colegas. Durante as dinâmicas, foi possível acompanhar, aos poucos, uma abertura para a escuta entre esses grupos e alguns entendimentos sobre as razões do emudecimento que aparecia. Notou-se também que o relativo silêncio dos primeiros encontros, muitas vezes expresso em falas como “não sei o que é pra falar”, “tenho vergonha” ou “não tenho nada pra dizer”, foi seguido por relatos sobre os sentimentos de raiva e agressividade em relação à escola e a seus pares, cuja capacidade de expressão e simbolização se mostrava penosa e difícil no cotidiano escolar.

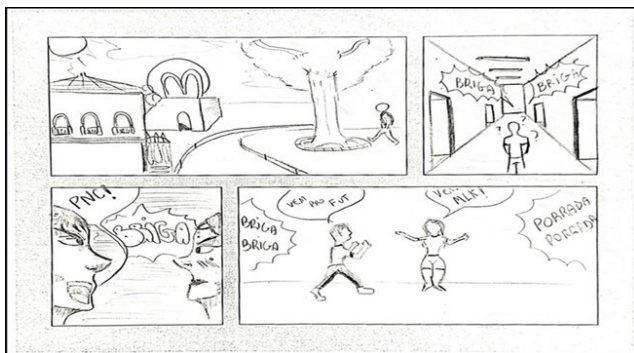
A partir de uma leitura das crônicas feita pela equipe da pesquisa a posteriori, foram identificadas temáticas das quais emergiram alguns eixos de análise que vamos discutir em seguida: a) precarização dos laços sociais e produção de confrontos; b) falta de escuta; c) circulação da palavra e abertura para a alteridade.

a) Precarização dos laços e produção de confrontos

Durante a realização da oficina, as principais questões apontadas pelos adolescentes foram a impossibilidade de encontrar soluções para os constantes conflitos (entre eles e a escola e mesmo entre eles), que tinham, como efeitos diversos, confrontos verbais e até mesmo físicos, muitas vezes iniciados presencialmente na escola e perpetuados nas redes sociais. Tais confrontos se materializaram claramente nos quadrinhos produzidos por eles. Entre as narrativas das histórias em quadrinhos, encontra-se:

“Um dia normal na escola. Um garoto julgou outro garoto sem motivo nenhum, outro amigo dele resolveu defender ele, então começaram a brigar no corredor da escola, sem motivo nenhum. Houve muito tumulto, mas durou pouco tempo, então acabaram na secretaria, mas não aconteceu nada demais, e no outro dia tudo foi como se nada tivesse acontecido” (Escritos. Material de Campo, 9/10/2023).

Figura 1 - Briga na Escola



Fonte: Material de Campo, 9/10/23

Na passagem da infância para a adolescência, as identificações simbólica e imaginária são reeditadas para dar conta do real da puberdade⁹. A identificação simbólica, proveniente das marcas, que são significantes da história do sujeito, é colocada à prova, já que o Outro passa a ser ressituaado no campo social. Já as identificações imaginárias, que remontam ao nascimento do Eu como especular, tomam outras formas a partir das novas referências simbólicas que se constituem (Alberti, 2010). Nesse sentido, vimos que a relação do adolescente com o Outro (simbólico) caracteriza-se como vacilante, pois o sujeito se encontra na passagem de uma condição mais alienante e predominante na infância para uma busca de separação, de modo que, frequentemente, o imaginário fica inflado para compensar tal vacilação.

Podemos verificar, nas relações de confronto entre os estudantes, que os adolescentes muitas vezes ainda não se apropriam subjetivamente dessas novas referências extraídas do Outro, mas estão em trabalho de novas amarrações entre simbólico, imaginário e real. A possibilidade de passar dos confrontos com o outro à experiência social e psíquica ligada a um conflito implica a forma como cada sujeito avançou nesse trabalho de apropriação simbólica e no modo de se situar frente à alteridade, que é referido ao trabalho da adolescência no laço social. Poder lidar com os conflitos, seja

⁹O real, o simbólico e o imaginário são registros propostos por Lacan (1974-1975) para pensar o funcionamento psíquico e seus enlacs.

internamente, seja nas relações sociais, pressupõe suportar a diferença sem que isso exija a eliminação dela, tal como ocorre nos confrontos imaginários, mas sim podendo incluir as faltas e os furos na imagem, o que pode instaurar outro modo de sustentar o pacto social e o educativo. Curiosamente, no último encontro com a turma em questão, surge uma fala sobre o reconhecimento de “tempos diferentes” no aproveitamento escolar de estudantes daquele grupo, o que pode nos fazer pensar em alguma brecha possível para uma alternativa ao confronto imaginário e à busca pela eliminação das diferenças. Isso também aparecerá mais adiante, quando falaremos da possibilidade da circulação da palavra entre grupos de “diferentes”.

Assim, sabemos que a possibilidade de sustentar o conflito e a convivência plural depende da inscrição da alteridade no laço social e no sujeito, o que permite que a relação imaginária ao outro seja matizada pelo simbólico. A presença de muitos impasses nas relações entre os alunos parece apontar para uma expressão do apagamento da dimensão alteritária no campo escolar e subjetivo dos adolescentes, seja pelo frequente isolamento e pouca interação entre os estudantes, seja através de diversas formas de confronto que se fazem presentes no cotidiano escolar.

b) A queixa pela “falta de escuta”

Após o primeiro momento de realização das rodas de conversa, foi possível produzir narrativas faladas e desenhadas que trouxeram a constância dos conflitos cotidianos nos laços sociais que ali se davam e a impossibilidade de a escola escutar os estudantes e auxiliá-los a produzir saídas, a começar pela dificuldade em poder falar sobre esse mal-estar. Soubemos que algumas vezes a polícia havia sido acionada para auxiliar brigas entre alunos:

“Essas coisas com briga, a escola não resolve. É a delegacia. Principalmente quando é com homem. Não é nem querendo ser machista e tal... É uma parada que eu vejo mesmo. Mas, quando é com garoto, sempre tem polícia. E o pessoal aqui é da favela, não gosta de polícia, né” (B. Relatório-crônica, 6/11/2023).

“Parece que a escola não liga pra gente. Como a escola não liga pra gente, não tem por que a gente ligar pra escola. Parece que ela não quer resolver. Podiam chamar as pessoas pra conversarem antes, os pais, e aí sim, se não resolvesse aqui, chamava a polícia” (B. Relatório-crônica, 6/11/2023).

A precariedade dos laços entre alunos e a estrutura escolar apareceu tanto nas rodas quanto nos quadrinhos, o que agrava a falta de escuta da escola para as questões dos estudantes: *“Tipo, no ano passado, colocaram*

uma caixinha na sala dos professores, pra que a gente escrevesse num papel nossos sentimentos [...] Eu escrevi várias coisas e coloquei lá, coisas íntimas minhas, e simplesmente jogaram fora" (S. Relatório-crônica, 11/11/2023). Na relação com a escola, queixas recorrentes apareceram nas narrativas produzidas nos quadrinhos, por questões concretas como a alimentação e o ambiente físico ou relativas à opressão social a que estão submetidos, as quais, segundo eles, também se reproduzem nas novas políticas educativas para o Ensino Médio, como relatado: "[...] às vezes, no ano passado, o almoço acabava. Também tinha gente que só ficava com a mistura, o arroz e feijão, porque as outras coisas acabavam. Aí sempre tinha briga no final, na frente da diretora..." (T. Relatório-crônica, 23/10/2023).

Figura 2 - A Hora do Intervalo.



Fonte: Material de campo, 23/10/23

Narrativa: "Quando nós descemos para lanchar, a fila é sempre um caos, acontecem brigas, empurrões, discussões e conflitos, mesmo diante da diretora. Sem contar do tumulto que fica e as pessoas que não estão envolvidas também sofrem. Só que nesse dia foi diferente".

Também se fez presente nas falas a diferença entre as escolas públicas e as escolas dos "ricos" e a reprodução das estruturas de classe pela precariedade material da escola ou pela privação de acesso ao conteúdo de disciplinas que continuam a ser ensinadas nas escolas particulares, mesmo depois da instituição do Novo Ensino Médio.

A proposta da reforma educacional que implementou a nova BNCC (Brasil, 2017), também conhecida como o Novo Ensino Médio, não é restrita ao Brasil. Trata-se de um modelo de escola que é:

[...] dirigida de cima por um "centro organizador" diretivo e poderoso, que, por sua vez, é comandado por estruturas internacionais e intergovernamentais que definem, de maneira uniforme, os "critérios de comparação", as "boas práticas" gerenciais e pedagógicas, os "conteúdos apropriados" correspondentes às competências exigidas pelo universo econômico (Laval, 2019, p. 30).

Esse "centro organizador" é composto por órgãos econômicos como

a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia, das quais fazem parte alguns dos países com maiores Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir da sustentação desses países, essas instituições vêm construindo caminhos para implementar um modelo homogêneo de educação como horizonte comum no mundo de globalização neoliberal, ou seja, uma educação que deve “prestar serviços ao mundo econômico” (Laval, 2019, p. 83). Para implementar seu modelo pedagógico, esse “centro organizador” vem disseminando um discurso de necessidade de inovação, modernização, progresso e democratização do ensino: a revolução da escola. Tal “revolução”, entretanto, implica excluir da prática educativa a dimensão crítica e emancipatória, que poderia favorecer a construção de novas possibilidades de se situar e se inscrever no laço social.

De modo avesso ao discurso de emancipação que é propagado, produz-se o desamparo discursivo (Rosa, 2022), sinônimo do silenciamento, de acordo com uma leitura psicanalítica. O desamparo discursivo exclui o sujeito de seu lugar pessoal histórico, sociocultural e político, apaga sua força discursiva, impede sua identificação como múltiplo e contraditório, passível de errar. Na impossibilidade de se endereçar ao Outro através da fala, o sujeito se encontra com uma atualização do desamparo estrutural, em uma angústia que desorganiza as funções do Eu, que causa dificuldade de compreensão e reconhecimento de sua própria verdade, de seu lugar político no laço social e de seu próprio sofrimento. Isso promove um abalo narcísico, em que o sujeito se esquece de quem é, perde-se de si mesmo e se torna vulnerável a significantes hegemônicos desqualificadores que lhes são atribuídos como verdades incontestáveis. A vulnerabilidade diante do mercado de trabalho neoliberal, o silenciamento, a individualização da culpa, a repercussão de sentimentos, a naturalização do desamparo e o sofrimento constante têm, como consequência, a “desfiliação, ou seja, a ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (Rosa, 2022, p. 4) na própria vida.

A noção de desalento, trabalhada por Birman (2020), parece também apontar para a mesma direção. Segundo o autor, na contemporaneidade, o desamparo se condensa em outra experiência psíquica, referente a outro modo de constituição do laço social marcado pelo presente e pelo pragmatismo dos discursos naturalizantes. Com isso, segundo o autor, as experiências autoeróticas e narcísicas são exaltadas, ficando o sujeito,

muitas vezes, impossibilitado de simbolizar e endereçar sua “dor”. Nesse caso, a “dor” pode ser representada como uma experiência psíquica de fechamento do sujeito em si mesmo, desconsiderando a possibilidade de haver um outro no apaziguamento de seu mal-estar. Essa experiência, reforçada na atualidade neoliberal, em que a autossuficiência é altamente valorizada e cultuada como ideal, produz, conseqüentemente, uma sensação de desolamento (ou desalento). Tomando o discurso dos adolescentes na escola e essas observações, é possível constatar como os apelos ao ambiente escolar têm se fechado às vias de acolhimento, gerando desprezo e invisibilização do sofrimento, colocando os adolescentes em contato contínuo com uma experiência de desalento.

c) Circulação da palavra

O terceiro e último eixo de análise diz respeito aos efeitos do dispositivo de escuta, realizado através da oficina de quadrinhos, na relação dos alunos consigo e nos laços entre seus pares. Apesar da dificuldade em falar inicialmente, a utilização de recursos simbólicos, trabalhados através da escrita compartilhada, possibilitou depoimentos de maior expressão, tais como: *“Eu fico à vontade (com as rodas), até porque vejo que tem coisas de outras pessoas aqui também (aponta para o papel)”* (M. Relatório-crônica, 28/8/2023). A partir disso, foi possível notar que o silenciamento presente anteriormente foi dando lugar à palavra, talvez facilitada por algumas identificações horizontais fraternas e possibilitada pelo compartilhamento de questões pouco (e algumas vezes nunca) faladas entre eles.

Quanto à transferência com os pesquisadores, parece ter sido o operador que permitiu essa mudança, introduzindo um terceiro termo, o lugar do Outro que os escutava, como saída para o confronto imaginário que até então predominava, abrindo-se espaço para que alguns mal-estares entre eles pudessem ser desvelados. Assim, a presença dos pesquisadores nos dispositivos de escuta pode partir do silêncio para permitir maior abertura dos adolescentes para trazer questões difíceis de serem tratadas no cotidiano da escola, quando não há um lugar de alteridade e de palavra passível de ser sustentado. Entre as falas que mais se ressaltaram, é possível destacar: *“A escola não dá espaço pra isso (conversa), mas aqui é diferente”*. A partir disso, tentamos puxar o assunto para entendermos o que seria esse “diferente”, e ele continua: *“Sim, uma comunicação diferente, porque aqui dá pra conversar com outros grupos”* (W. Relatório-crônica, 6/11/2023). Com isso, pudemos pensar que novos enlaçamentos foram se tornando possíveis.

Nesse mesmo encontro, outro aluno comentou: *“Se não fosse esse espaço aqui, eu não ia falar com eles sobre essas coisas [...], até pra não virar alvo”*. “Vocês se sentem alvos quando vão pra outros grupos? [...] Vocês têm sido alvos de quê?”, reforçamos a pergunta. Eis que B. responde: *“Alvo da diferença”* (C. Relatório-crônica, 6/11/2023). Nessa fala, foi evidente como o significante “diferença” surge como um empecilho à criação de laços entre os adolescentes. Até mesmo falar sobre ele pareceu difícil inicialmente, mas, pouco a pouco, foi possível evocá-lo durante as atividades realizadas nas oficinas como dispositivos de escuta. Podemos pensar tal reatividade à “diferença” através da expressão cunhada por Freud como “narcisismo das pequenas diferenças” (Freud, 1921/2010): enquanto mecanismo de reafirmação narcísica individual ou coletiva através da hostilização do outro ou de outro grupo semelhante, a partir de uma marca de diferença que gera conflitos e rivalidades.

Desde uma leitura freudiana, sabemos que a adolescência, diante do declínio nas idealizações infantis, abala também as identificações e impõe um trabalho de reconfiguração narcísica do eu. As transformações culturais na atualidade podem agravar tal instabilidade identificatória do eu, sendo, até certo ponto, compreensível que a “diferença” surja como elemento perigoso para o sujeito adolescente. Se, anteriormente, as tradições possuíam mais estabilidade e as culturas passavam por mudanças de modo gradual, atualmente a globalização e aceleração na percepção do espaço-tempo vêm intensificando o sentimento de incerteza do sujeito na sua relação com o outro e consigo mesmo. Com isso, falar em nome próprio, a partir das referências do Outro, torna-se difícil, pois até mesmo a alteridade tem se apresentado vacilante e passível de mudanças constantes e imprevisíveis.

Entre as configurações sociais na atualidade, Saggese (2021) demonstra que a “carência de trilhas simbólicas” (Saggese, 2021, p. 15) no percurso do adolescente em direção à fase adulta vem configurando não somente uma das causas do sofrimento psíquico entre os adolescentes, como também pode explicar a apropriação do discurso médico e suas patologias pelos próprios adolescentes, numa tentativa de se fazer escutado e validado socialmente. O ambiente escolar, nesse caso, torna-se um dos lugares centrais onde tais desafios se fazem presentes, já que atualiza uma nova inserção do sujeito no mundo público e recebe adolescentes com suas mais variadas marcações sociais e singularidades. Nas oficinas, com a abertura para que o conflito e o mal-estar fossem colocados em palavras, abre-se também a possibilidade para dar outros destinos a eles, bem como para se

situar de outra forma na escola.

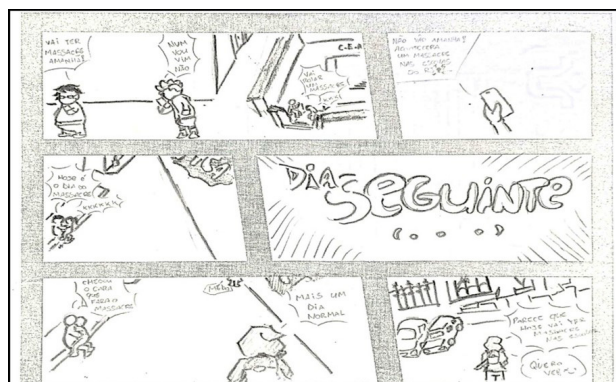
5 PALAVRAS FINAIS

A experiência de escuta de adolescentes nas escolas da rede pública do Rio de Janeiro tem nos permitido um olhar clínico-político para o mal-estar juvenil brasileiro, levando-se em conta os impasses sociais que se apresentam na travessia adolescente. A partir dessa escuta, neste artigo, nós nos dedicamos a pensar sobre o sofrimento adolescente na escola atrelado aos diversos mecanismos de silenciamento e segregação denunciados pelos próprios jovens nas oficinas propostas no âmbito da extensão. Através da compreensão macroestrutural das relações de saber e poder, marcadas pela colonialidade e pelo neoliberalismo que ali se reproduzem, visamos atualizar a discussão sobre o mal-estar (Freud, 1930/2010) que se produz entre os jovens na escola e o que ele diz dos laços sociais que ali se apresentam.

O que temos observado no Brasil dos últimos anos é um ataque à escola pública propriamente dita, enquanto lugar de construção e confirmação dos pactos sociais, bem como ao pensamento crítico. Tais questões têm sido discutidas por alguns autores a partir da propagação da defesa a respeito da educação domiciliar e da escola sem partido (Voltolini, 2020; Moschen & Souto, 2020). Em ambos os casos, de modo um pouco distinto, fica ameaçada a própria defesa da escola como espaço do livre pensar e da palavra, o que atesta a importância da dimensão do espaço público no processo educativo.

O ataque à escola surge explicitamente na produção de um dos quadrinhos elaborados pela turma intitulado “O massacre”.

Figura 3 - O Massacre¹⁰



Fonte: Material de Campo: 23/10/23

¹⁰A leitura desse quadrinho é feita no estilo mangá, ou seja, da direita para a esquerda.

Narrativa: Um certo dia surgiu uma grande notícia de que haveria um massacre do RJ. Muitas pessoas faltaram, mas muitas, por graça, vieram, e a cada pessoa que chegava achavam que era o “cara do massacre”, mas felizmente não passou de fake news.

Parece-nos que a situação de risco e de insegurança está presente o tempo todo na escola, particularmente na rede pública, e isso é enunciado no quadrinho acima através da construção narrativa de um possível atentado. Descolando-nos de uma leitura mais literal do quadrinho, destacamos a expressão de uma situação de fragilidade do espaço escolar, que pode ser pensada também no plano discursivo que atravessa o campo educativo. A escola, enquanto um espaço político de exercício da palavra e do pensamento, o que pressupõe a sustentação da alteridade, tem sofrido um desinvestimento progressivo nas decisões dos últimos governos, o que se explicita claramente no período da pandemia de Covid-19, quando a reabertura das escolas não foi considerada prioridade necessária.

Após esse percurso de pesquisa e de escrita, é possível afirmar novamente a presença dos interesses políticos e econômicos vigentes nas políticas públicas para a educação. Assim, a marca da violência colonial banalizada no cotidiano das relações sociais no Brasil, desde os começos, persiste e ainda ameaça o estatuto da palavra para muitas e muitos jovens brasileiros. Pode o/a jovem estudante de Ensino Médio falar na escola? Depende de que jovem e em qual escola, já que a estrutura de manutenção de subalternidades se mantém e se reproduz fortemente nos novos rumos que vem tomando a educação pública brasileira.

É notável a participação da escola na cronificação das desigualdades sociais aliadas a diversas formas de silenciamento, o que mostra a presença dos discursos de mestria e do capital através de novos colonialismos aliados à lógica neoliberal, estreitando-se as possibilidades de um lugar para o sujeito e para o exercício da palavra. Com isso, o próprio trabalho da adolescência fica ameaçado, se tomarmos o encontro com a falta no Outro como condição de reinscrição do sujeito no/do laço social. Para muitos e muitas adolescentes, a construção de um discurso próprio se complica pelo desamparo discursivo que se lhes impõe e se expressa em modos de sofrer transbordantes em violências auto e hetero-orientadas. Assim, muitas vezes, a dimensão política do conflito e da palavra fica esvaziada em prol de uma inflação do imaginário e da irrupção do real que se fazem presentes nos modos de sofrer e de agir predominantes entre os jovens na escola.

Supondo que o sujeito do inconsciente está inscrito nas relações

sociais de poder (Ayouch, 2017), a presença de conflitos silenciados e/ou transformados em confrontos parece também expressar a reprodução de estruturas de dominação historicamente construídas e presentes dentro da escola, seja entre educadores e estudantes, seja entre os adolescentes em seus próprios laços horizontais, seja entre estudantes de escola pública e políticas educativas excludentes. Em consonância com autores que têm sublinhado a produção de diversas versões do narcisismo das pequenas diferenças nas sociedades neoliberais pós-coloniais, em que a democracia tem sido cotidianamente ameaçada, tais como Mbembe (2017), com a ideia das “Políticas da Inimizade”, é possível pensar o esvaziamento do lugar da alteridade no laço social. Assim, questionamos a participação de novas políticas educativas na cronificação desse impasse, estreitando-se as possibilidades de um lugar para o sujeito e para o exercício da palavra, o que compromete o trabalho da adolescência enquanto inscrição no laço social.

Nas oficinas realizadas pela pesquisa/extensão, abriu-se um caminho possível à elaboração de outras formas de expressão para os conflitos sociais que ali se repetiam, como um possível meio para lidar com as questões da adolescência, agravadas pela estrutura física e simbólica na qual os jovens estão inseridos cotidianamente, marcando suas relações com os professores e com os próprios colegas pelo silenciamento. Com a abertura para que os conflitos fossem colocados em palavra, abre-se também a possibilidade de falar sobre a falência de recursos institucionais na escola para sustentar um lugar para a alteridade, condição inescapável para a sustentação de um lugar para o sujeito no laço social.

Ao final desse caminho de pesquisa e de escrita, a ética da psicanálise enquanto ética da palavra é reafirmada como dispositivo clínico-político valioso no cenário escolar, na busca por construir espaços de escuta que correspondam a uma aposta na palavra como condição de inscrição de novas formas discursivas passíveis de interpelar o discurso social vigente.

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2010). *O Adolescente e o outro* (3a ed.). Jorge Zahar Editora.
- Askofaré, S. (2009). Aspectos da Segregação. *A Peste*, 1(2), 345–354.

- Ayouch, T. (2023). Quem Pode Falar no Divã? Raça e Psicanálise Situada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4).
- Birman, J. (2020). *O Sujeito na Contemporaneidade* (3a ed.). Civilização Brasileira.
- Braga, A. P. M., Catroli, V. S. C., & Rosa, M. D. (1990). Entre conversas e descobertas: dispositivos de intervenção diante das urgências de uma escola de São Paulo. *Revista Da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(1), 54–70.
- Brasil. (2017). *Novo Ensino Médio - Perguntas e Respostas*. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#barra-brasil>
- Brasil. (2019). Ministério da Saúde. Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. *Boletim epidemiológico*. Brasília 50(24). <https://www.ifen.com.br/site/files/198/Nucleo-Especifico---Atuacao-Clinica-Situacoes-Suicidio/247/BE-suic--dio-24-final.pdf>
- Brasil (2021). Ministério da Saúde. Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021. *Boletim epidemiológico*. Brasília, 52(33). <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf>
- Broide, J. (2019). A Clínica Psicanalítica na Cidade. In E. Broide & I. Katz (Orgs.), *Psicanálise nos espaços públicos*. (pp. 48–65). IPUSP. http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise_espacos_publicos.pdf.
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). Notas para um trabalho grupal. In *A Psicanálise em Situações Sociais Críticas: Metodologia Clínica e Intervenções* (pp. 51–60). Escuta.
- Coutinho, L. G. (2009). *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo*. Nau Editora.
- Coutinho, L. G., & Carneiro, C. (2013). Pesquisa-intervenção, subjetivação e construção de saber. In *Qualidade faz Diferença: Métodos Qualitativos Para Pesquisa em Psicologia e Áreas Afins* (pp. 121–142). Loyola.
- Coutinho, L. G., Macedo, M. M. D., Lima, F. M., & Marum, J. F. (2020).

Desamparo e laços sociais na escola: uma oficina com adolescentes da rede pública de ensino. *Cadernos de Psicanálise*. 42, 117 - 136.

Coutinho, L. G., Amaral, R. E. C., & Lanzetta, R. C. (2023). A adolescência em face ao apagamento da dimensão alteritária na educação e na cidade: da dor à política. In *Psicanálise, Educação e Política na Universidade e na Cidade* (pp. 83–97). Benjamin Editorial.

Faustino, D. (2019). O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, 8(2), 82–94. <https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/14907>

Ferrari, A. (2003). A modernidade como nossa herança educacional. *Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação*, 5(1), 11–27. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18832>

Freud, S. (2010). O Mal-estar na Civilização. In *O Mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 13–122). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).

Freud, S. (2010). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 13–113). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921).

Gurski, R. (2019). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Revista Tempo Psicanalítico*, 51(2), 166–194. <https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/482>

Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967. In *Outros Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editora. (Obra original publicada em 1967).

Lacan, J. (1969-1970/1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da Psicanálise*. Jorge Zahar Editora.

Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: R, S, I*. Inédito. https://www.valas.fr/IMG/pdf/s22_r.s.i.pdf

Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa*. Boitempo.

Lesourd, S. (2012). Adolescentes Difíceis ou Dificuldades da Cultura? In R. Gurski, M. D. Rosa, & M. C. Poli (Orgs.), *Debates sobre a Adolescência Contemporânea e o Laço Social* (pp. 17–38). Juruá.

- Mbembe, A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Antígona.
- Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 35–54). CLACSO. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf
- Mendonça, A. O. O. (2021). Aproximações entre Paulo Freire e Aníbal Quijano: por uma Educação Crítica e De(s)Colonial. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, 2(10), 79–97. <https://periodicos.ufes.br/ipa/%20issue/view/1274>
- Moschen, S. Z., & Souto, L. A. S. (2020). Desescolarizar a Educação? In L. Danziato, M. C. Poli, & F. Costa-Moura (Orgs.), *Cisões e Paradoxos na Política Brasileira: Efeitos para o Sujeito* (pp. 137–152). Appris.
- Pereira, S. T. A., & Maesso, M. C. (2023). A Colonização da Adolescência e sua Subversão pela Psicanálise. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(3).
- Poli, M. C. (2008). Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. *Estilos da Clínica*, 13(25). <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v13i25p154-179>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta / FAPESP.
- Rosa, M. D. (2022). Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1–10. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1406404>
- Spivak, G. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Editora UFMG.
- Saggese, E. (2021). Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolescer ou adoecer. *Educ. Real.*, 46(1). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/109166>
- Sato, F. G., Martins, R. C. R., Guedes, C. F., & Rosa, M. D. (2017). O dispositivo grupal em psicanálise questões para uma clínica política do nosso tempo. *Revista Psicología Política*, 17(40), 484–499.
- Strzykalski, S., & Gurski, R. (2020). Adolescência e lampejos: a construção de políticas de “sobrevivência”. *Estilos da Clínica*, 25(1), 21–34. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p21-34>

org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p21-34.

Vale, N. P. (2022). Novo Ensino Médio: Reflexões, Expectativas, Desafios e Oportunidades. *Scientia Generalis*, 3(1), 134–143. <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/392>

Voltolini, R. (2020). A criança corrompida e o adulto inimigo do gênero humano. In L. Danziato, M. C. Poli & F. Costa-Moura (Orgs.), *Cisões e Paradoxos na Política Brasileira: Efeitos para o Sujeito* (pp. 119–136). Appris.

Voltolini, R. & Gurski, R. (2020). *Retratos da Pesquisa em Psicanálise e Educação*. Contracorrente.